

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE CESTO E CARRETA REBOQUE PARA RESGATE EM ALTURA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

1. OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de cesto com carreta reboque para resgate em altura, conforme determina a NR 29 - Segurança e Saúde no Trabalho Portuário, para resgatar trabalhadores portuários que se acidentem em porões de navios e precisem ser retirados pelos profissionais de resgate e salvamento de maneira eficiente e segura, conforme especificações constantes no item 03 e do projeto técnico fornecido pela Portos do Paraná.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando-se a necessidade de se possuir equipamentos de resgate de urgência e emergência para que os atendimentos realizados pelos profissionais de resgate e salvamento possam executá-los de maneira eficiente e segura. Considerando que o Plano de Controle de Emergência (PCE) da Portos do Paraná, contempla cenários emergenciais no cais, em Guindastes e em porões de navios, onde os equipamentos utilizados pelo OGMO poderão ser utilizados, bem como o Plano de Ajuda Mútua (PAM) no qual a Portos do Paraná exerce a função de coordenação através da Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho, também tendo o OGMO, como signatário do mesmo, realizando os atendimentos de emergência no cais, em guindastes e navios e às 28 (vinte e oito) empresas signatárias.

2.2. Visando o cumprimento das determinações da NR 29 – Segurança e Saúde no Trabalho Portuário, no item 29.26.3 “Para o resgate de trabalhador portuário acidentado em embarcações atracadas, devem ser mantidas, próximas a estes locais de trabalho, cestos suspensos e macas, ou outro recurso equivalente ou superior previsto no PCE, em bom estado de conservação ou higiene, não podendo ser utilizados para outros fins.”

2.3. Tendo em vista a necessidade do cumprimento das determinações legais acima descritas, faz-se necessário a contratação de empresa pela Portos do Paraná para a

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

fabricação dos referidos equipamentos de resgate, conforme descrito no item 03 e no projeto técnico disponibilizado pela Portos do Paraná para a contratada.

2.4. Considerando-se o previsto no artigo 73 do Regulamento Interno de Contratações – RILC, inciso II, que informa que é dispensável efetuar a Licitação para serviços e compras de valor até R\$ 71.538,60 (setenta e um mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), conforme orçamentos em anexo, os equipamentos ora adquiridos possuem valor inferior e considerando-se a necessidade de sua aquisição, visando a melhoria da segurança nos resgates em altura e a adequação às Normas Regulamentadoras, PCE e PAM, solicitamos a COLIC – Comissão de Licitações avaliar a possibilidade de efetuar a contratação via a modalidade de Dispensa de Licitação.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

3. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

3.1. Especificações dos materiais, conforme abaixo:

| ITEM | CÓD SAP | QUANT | UNID | DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL (Especificação do Material) |
|------|---------|-------|----------|--|
| 1 | 4000009 | 01 | Unitário | Cesto Suspenso com Carreta Reboque USO: Resgate em altura, em aço, carreta com pneus aro 14 e rodas de ferro. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Equipamento deverá ter todas as especificações do projeto técnico fornecido pela Portos do Paraná, com jateamento e pintura com materiais de primeira linha. Deverá fornecer a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de fabricação do mesmo. UNID. DE MEDIDA: Unitário. |

3.2. Forma de Fornecimento dos itens.

3.2.1. Os materiais deverão ser entregues em parcela única.

3.3. Prazos de Entrega

3.3.1. O prazo para o fornecimento dos materiais será de 60 (sessenta) dias corridos, a partir do recebimento da nota de empenho, encaminhado pela APPA.

3.3.2. Nas hipóteses em que os materiais entregues não se conformarem às especificações deste termo, conforme projeto técnico, o fornecedor deverá substituí-lo, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, que se iniciará a partir da data do termo de recusa do material.

3.3.3. Na contagem dos prazos previstos neste termo, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento. Os prazos se iniciam e vencem em dias úteis.

3.4. Local de Entrega

3.4.1. O material objeto do presente termo será entregue, às expensas do fornecedor, na Seção de Materiais desta Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, localizada na

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

Avenida Portuária, Bairro D. Pedro II, CEP 83.203-800, Paranaguá – PR, no período das 08:30 às 18:00 horas, em dias úteis.

3.5. Recebimento dos Objetos.

3.5.1. O material será recebido da seguinte forma:

- a. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste termo, com a proposta e amostras apresentadas anteriormente, quando for o caso;
- b. Definitivamente, em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após verificação de sua qualidade e conformidade com as especificações.
- c. A opção por produto de qualidade igual ou superior aos apresentados nos testes tem por objetivo evitar a aquisição de produtos de má-qualidade, pois o que se pretende é a melhor aquisição, combinando o fator qualidade do produto e menor preço dispendido.

4. PESQUISA DE PREÇO

4.1. Cotação a ser realizada pela Coordenadoria competente, conforme procedimentos da Portos do Paraná.

5. SUSTENTABILIDADE

5.1. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

5.2. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

- 5.3. A contratada deverá assumir as responsabilidades, e tomar medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra qualquer passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.
- 5.4. Que os bens devem ser acondicionados em embalagem individual, com o menor volume possível, que utilize material recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 5.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restrictions of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio Hg, chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6. CONTRATAÇÃO DE ME E EPP

- 6.1. A aplicação do tratamento diferenciado e/ou exclusivo no tocante às microempresas e empresas de pequeno porte dar-se-á nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Edital.

7. CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUM

- 7.1. Os bens e serviços dessa licitação são classificados como comuns, pois, possuem especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade definidas.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 8.1. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço oferecido pelas licitantes, observando o orçamento previsto para o prazo de validade da contratação. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, conforme a necessidade da APPA, não ficando essa obrigada de qualquer forma a adquirir a totalidade do quantitativo previsto, e a definição da modalidade licitatória ficará a cargo dos setores jurídico e de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

licitação desta empresa pública, sendo no entanto, considerando o art. 32, inciso IV da Lei Federal nº 13.303/2016, acerca dos presentes materiais considerados comuns.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE APPA

- 9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência da proposta;
- 9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, e com especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.4. Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para cada correção;
- 9.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;
- 9.7. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 9.8. A entrega dos materiais serão acompanhados e fiscalizados por servidores designados através de Ordem de Serviço emitida pela Diretoria da Presidência desta Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA;
- 9.9. Zelar pela segurança dos materiais, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas;
- 9.10. Sustar a aquisição do material por estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique a medida;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

- 9.11. Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente aquisição, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais;
- 9.12. Encaminhar, juntamente com a nota fiscal eletrônica, as certidões de regularidade conforme exigido em Lei;
- 9.13. Acompanhar o prazo para apresentação da nota fiscal eletrônica para pagamento.
- 9.14. Solicitar substituição dos materiais que não estiverem de acordo com as especificações deste TR;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.2. São obrigações da contratada para fornecimentos de bens:
 - i. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado de manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - ii. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - iii. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - iv. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

- v. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- vi. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- vii. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- viii. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto de licitação
- ix. O material deverá estar devidamente embalado, acompanhado da nota de empenho e da respectiva nota fiscal eletrônica para conferência, e conter em seu rótulo ou embalagem, quando for o caso, além do prazo de validade, as demais exigências Legais;
- x. Entregar os materiais constantes deste Termo de Referência respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias do INMETRO, em vigor, no que couber;
- xi. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, etc.;
- xii. Assumir integral responsabilidade pela qualidade do material bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente de sua entrega;
- xiii. Substituir, o material que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento;
- xiv. Retirar o material recusado no momento da entrega do material correto, sendo que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina não se

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências;

- xv. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou Legais a que estiver sujeita;
- xvi. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina;
- xvii. Manter atualizados, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débito – CND junto ao INSS, o Certificado de Regularidade – CRF do FGTS, a Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal Estadual e Municipal e a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; bem como a CRF no Gestão de Materiais e Serviços – GMS da Secretaria de Administração e Previdência do Estado de Paraná.
- xviii. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos da Lei nº 13.303/2016;
- xix. Emitir nota fiscal eletrônica correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação, e
- xx. Informar a APPA os valores unitários de cada item, conforme tabela de especificação dos mesmos.

11. FORMA DE PAGAMENTO

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

11.1. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, de acordo com a natureza jurídica da contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 054/2020, observando ainda os seguintes procedimentos:

11.2. A Nota Fiscal ou Fatura será obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

11.3. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Gestão de Materiais Obras e Serviços – GMS/SEAP/DEAM, através do módulo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, nominalmente Certificado de Regularidade de Situação Fiscal (CRF), ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais;

11.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis

11.5. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior ao prazo estabelecido no instrumento contratual vigente, contados da data de seu atesto pelo gestor, ou quando da apresentação e/ou quando estabelecido no contrato.

12. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Para a habilitação nas licitações, de que trata este Termo de Referência está de acordo com as regras constantes na Lei 13.303/2016 e RILC da APPA.

12.2. Comprovação de capacidade técnica

12.2.1. Para a habilitação nas licitações, de que trata este Termo de Referência deverão estar de acordo com as regras constantes no Edital e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

12.3. Amostra:

12.3.1. Considerando-se que o material adquirido será elaborado pelo proponente primeiro classificado, em conformidade com projeto técnico fornecido pela APPA, o mesmo estará dispensado de apresentar amostra.

12.3.2. O material deverá ser entregue na Seção de Materiais da APPA, situado na Avenida Portuária s/nº, Bairro D. Pedro II, CEP 83.203-800, Paranaguá – PR, devendo ser agendada pelo telefone (41) 3420-1160 ou (41) 3420-1170.

12.3.3. A contratante, no recebimento do material, terá um prazo de 05 (cinco) dias para verificar se o mesmo está em conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e no projeto técnico.

12.3.4. A contratada deverá, às suas custas, efetuar as correções no material que forem solicitadas pela contratante, para adequação ao termo de referência e projeto técnico.

12.3.5. Será rejeitado o material que tenha qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta ou não atenda às especificações técnicas constantes neste termo de referência e no projeto técnico.

12.3.6. A contratada deverá entregar junto com o material a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do mesmo.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O objeto deste Termo de Referência não admite a sua subcontratação em função de suas peculiaridades.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;
- b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- d) Haja anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina a sua continuidade.

14.2. A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. A APPA irá designar grupo de fiscais, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização do Contrato, nos aspectos legais e técnicos, objetivando o não prejuízo a APPA e seus funcionários, em todos os aspectos pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

15.2. Para posterior comprovação da correta execução do contrato, deve-se emitir um Recibo de entrega (relacionando as Ordens de Compra e as Notas Fiscais de Venda) devidamente assinado pelo responsável do recebimento e o motorista que realizou a entrega.

15.3. Caso haja discordância entre o material entregue e a Ordem de Compra emitida, a substituição do material é de total responsabilidade e expensas da Contratada.

15.4. Após a execução do contrato, a APPA receberá o objeto:

- i. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações.
- ii. Definitivamente, após a verificações da qualidade e quantidade dos equipamentos fornecidos.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – DMA
Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho – GSST

16.1. O Licitante e a Contratada que incorram em infrações sujeitam-se às sanções previstas na Lei Estadual nº. 13.303/16 e Regulamento de Licitações e Contratos da APPA.

17. MATRIZ DE RISCO

A matriz de riscos será dispensada, visto que a aquisição se trata de contratação de baixa complexidade, cujos riscos são irrelevantes ou inexistentes, conforme art. 146 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

18 PROJETO TÉCNICO

O projeto técnico será fornecido pela Portos do Paraná, conforme arquivo anexo a este termo de referência.

Elaboração:
(Assinado eletronicamente)

Marcio Martini
Téc Segurança do Trabalho
DMA/GSST

Análise Crítica:
(Assinado eletronicamente)

Felipe Zacharias
Assessor Especialista
DMA/GSST

Aprovação:
(Assinado eletronicamente)

José Sbravatti
Gerente
DMA/GSST

COMUNICAÇÃO INTERNA 3446/2024.

Documento: **Termo_CestaeCarretaReboqueparaResgatev.2.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Felipe Zacharias (XXX.776.089-XX)** em 16/05/2024 09:51 Local: APPA/GSST.

Assinatura Simples realizada por: **Marcio Roberto Santiago Martini (XXX.443.599-XX)** em 16/05/2024 00:41, **Jose Sbravatti (XXX.201.509-XX)** em 16/05/2024 17:37.

Inserido ao documento **830.281** por: **Marcio Roberto Santiago Martini** em: 16/05/2024 00:41.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

44501b77a471937d6f5b447e79946918.